

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.607 - PR (2019/0352251-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE SARANDI - PR**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DE BRODOWSKI - SP**
INTERES. : **NOMA DO BRASIL S/A**
ADVOGADO : **BRUNO RODRIGUES BRANDÃO - PR044320**
INTERES. : **ROMIVIX TRANSPORTES EIRELI - ME**
ADVOGADO : **JULIO DANTE RISSO - SP163134**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE SARANDI - PR, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DE BRODOWSKI - SP, suscitado.

DECIDO.

O conflito não merece ser conhecido.

O artigo 953, parágrafo único, do CPC/2015 estabelece que:

"Art. 953. O conflito será suscitado ao tribunal:

I - pelo juiz, por ofício;

II - pela parte e pelo Ministério Público, por petição.

Parágrafo único. O ofício e a petição serão instruídos com os documentos necessários à prova do conflito" (grifou-se).

No caso dos autos, o ofício que suscitou o incidente não foi instruído com os documentos necessários à prova do conflito e não se verifica a decisão declinatória de competência expedida pelo juízo suscitado.

Logo, configurada a deficiência na formação do incidente, o que obsta a análise das razões que ensejaram a declinação da competência.

Nesse sentido:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO ESTADUAL E TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DE SERVIDORES PÚBLICOS. LEGITIMIDADE. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA INICIAL DA AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. DOCUMENTO ESSENCIAL AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. ART. 953, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/2015.

1. Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública Municipal e Registros Públicos de Goiânia/GO e o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, nos autos de Ação Cautelar Inominada e Principal ajuizada pela Federação das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Municipais do Estado de Goiás e pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil contra a

Superior Tribunal de Justiça

Confederação dos Servidores e Funcionários Públicos das Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais, na qual se discute a legitimidade ativa para o recebimento de contribuições sindicais.

2. Nos termos do art. 953, parágrafo único, do CPC/2015, para a elucidação da controvérsia, é necessária a devida instrução do Conflito, com a juntada de peças indispensáveis, tais como petições iniciais e atos decisórios.

3. Na hipótese em exame, o Juízo suscitante, embora instado, desatendeu a determinação de instrução do Conflito com as peças essenciais à compreensão e deslinde da controvérsia, qual seja, cópia da Ação Cautelar Inominada, inviabilizando, assim, o conhecimento do incidente.

4. Conflito de Competência não conhecido" (CC 153.145/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/2/2018, DJe 2/8/2018 - grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONEXÃO. AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. A demanda foi inicialmente proposta perante o Juízo da 3ª Vara Federal de Curitiba/PR, postulando a declaração de nulidade das infrações capituladas no Processo Administrativo no 50500.074000/2007-68. Todavia, referido juízo acolheu a alegação de conexão levantada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT entre o presente feito e Ação Ordinária n. 2009.34.00.031109- 3, que tramitava que perante o Juízo da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

2. Determinei a conversão em diligência. Todavia, Coordenadoria da Primeira Seção certificou que 'passados mais de 60 dias da reiteração do pedido de informações ao juízo suscitante, este jaz silente até o momento.'

3. O conflito de competência não merece conhecimento, em razão da ausência de documentos essenciais para a compreensão exata do conflito, o que torna inviável a comprovação do incidente, nos termos do art. 118 do CPC. Agravo regimental improvido"(AgRg no CC 125.994/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/11/2013, DJe 25/11/2013 - grifou-se).

Ante o exposto, não conheço do conflito negativo de competência.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator